

Ensino de História e Currículo: A trajetória das Políticas dos Livros Didáticos (1996-2023)

GUARDALÚPI, Rafaela L. de Oliveira¹;
DOMINGUES, Darcylene Pereira²;
MATOS, Julia Silveira³
Rafaelaoliveira_91@outlook.com
Universidade Federal do Rio Grande- FURG

Palavras-chave: Ensino; História; Currículo, Livro Didático; PNLD.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, analisa as políticas de regulamentação, seleção e avaliação dos livros didáticos a partir da criação do Programa Nacional do livro didático (PNLD), instituído pelo governo Federal, a partir de 1996. Segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o PNLD, compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.

O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas. (BRASIL, 2023)

O PNLD, surge a partir de uma necessidade do Governo Federal de regulamentar os currículos didáticos, padronizando os conteúdos a serem lecionados na educação brasileira. Ele possui uma comissão de especialistas nas áreas de ensino que atuam diretamente na avaliação dos manuais escolares inscritos no edital em vigor, também é necessário observarmos que os docentes no Brasil possuem realidades diferentes em suas salas de aula: especificidades regionais, dificuldades locais de estrutura e recursos, públicos específicos e

¹ Estudante de Graduação em História Licenciatura pela Furg, bolsista FAPERGS pelo Laboratório de Pesquisa em Ensino e em Didática da História (LAPEDHI), orientado pela professora Julia Matos. <http://lattes.cnpq.br/3108933244813773>

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/1116806849100317>

³ Prof.^a Dr.^a na Universidade Federal do Rio Grande, coordenadora do PPGH – Mestrado Profissional em História Rio Grande – Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/9702327766711105>

outras tantas diversidades, as quais os avaliadores muitas vezes desconhecem e não preveem em suas tabelas avaliativas. Sendo assim, a má avaliação de alguns manuais implica diretamente que eles não apresentem possibilidades de ‘boa’ utilização em diferentes realidades. Também podemos considerar que mesmo dentro de um espaço reflexivo de liberdade intelectual dos professores que optam por ignorar as indicações do guia, como apontou a autora, ainda assim, no universo editorial dos livros didáticos, as diretrizes instituídas pelo PNLD influem na elaboração desses livros, sejam eles os mais bem avaliados ou não. Em 1985 foi criado o PNLD, segundo Vitória Regina Silva (2011), desde a sua instituição, em 1995, e ampliação, em 1997, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) vem se constituindo em uma das mais importantes políticas públicas educacionais do Brasil. Inicialmente voltado apenas para atendimento dos alunos do então 1º grau (posteriormente chamado de Ensino Fundamental), foi ampliado em 2002, passando a atender também os alunos do Ensino Médio. A aprovação em novembro de 2009 da Resolução nº60 fez com que o programa passasse a ser política de Estado, institucionalizando-se definitivamente.

A importância do Programa apontada pela autora é pautada pela sua amplitude de atuação, pois desde sua criação está em processo de ampliação, a ponto de se tornar uma política de Estado e atender todo o processo formativo dos alunos brasileiros desde as séries iniciais até o ensino Médio, por meio da avaliação e distribuição dos livros didáticos que são utilizados nesses níveis de ensino. Mas, somente a partir de 1996, em outro contexto, não mais demarcado pelo Estado autoritário, como analisaram Miranda e Luca (2004), o PNLD iniciou de fato a avaliação dos manuais escolares. Para as autoras, Desde então, estipulou-se que a aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional estaria sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio. De um PNLD a outro, os referidos critérios foram aprimorados por intermédio da incorporação sistemática de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação. (Miranda; Luca, 2004, p.127). O aprimoramento dos critérios do programa, apontado pelas autoras, se deu não apenas pela percepção de suas falhas, mas também pela renovação das políticas educacionais que desde a redemocratização brasileira vêm mudando de acordo com o Ministério e a visão de governo.

2 METODOLOGIA

Como método, optamos pela análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, por compreendermos esse como o mais apropriado para a melhor decodificação do material. Conforme o proposto por Bardin, a pré-análise é a organização do material, sua escolha, as hipóteses que guiam o trabalho e os objetivos para sua elaboração. Compreendo que apenas analisar os editais do PNDL, não suficientes, para os resultados da pesquisa, será ainda necessário o uso da História oral, para dialogar com os professores da rede pública e a construção em conjunto de um currículo, que atenda de fatos as necessidades deste ambiente escolar. Como forma de análise dos resultados partiremos do emprego de análises quantitativas e suas devidas relações com as qualitativas, os dados da pesquisa serão fundamento para a produção de artigos para publicação em revistas científicas e um livro sobre o papel dos órgãos de avaliação dos livros didáticos de história para a constituição de Currículo. Este artigo é fruto do trabalho em grupo realizado pelo Laboratório de Pesquisa em Ensino e em Didática da História (LAPEDHI), orientado pela professora Julia Matos, o projeto: *Ensino De História E Currículo: A Trajetória das Políticas de Regulação, Seleção e Avaliação dos Livros Didáticos No Brasil (1930-2024)*, é a fonte para este artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto encontrasse em fase de execução, não havendo ainda resultados finais a serem apresentados. Como afirmamos, livro didático é um recurso lúdico, em função das imagens que apresenta, mas também é fonte de textos, pois apresenta os conteúdos. Entretanto, o papel deste enquanto recurso didático não se limita a estas duas características, pois cada livro didático possui uma identidade que se constitui através das formas como os conteúdos são distribuídos em seu interior e abordagens dadas e esses. Segundo Matos: “Tal análise alerta para o fato de que o livro didático, enquanto produto de uma sociedade do consumo, deve ser estudado enquanto meio de veiculação ideológica, seja ela oficial ou pedagógica.” (MATOS, 2013; p.12). A partir dessa percepção, compreendemos que se faz necessário aprofundar nossas reflexões sobre os livros didáticos, enquanto produtos da sociedade de consumo, especificamente os de História, foco de nosso consumo e não como

um “inocente” recurso didático simplesmente. Afinal todo e qualquer suporte de escrita carrega em si a idealização de seu produtor e, ao mesmo tempo, de seu consumidor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático se tornou não só uma ferramenta de grande relevância para os educandos, nos ambientes escolares, mas também, como se transformou em uma importante mercadoria das empresas editoriais que se aliaram ao Estado na divulgação dessa produção cultural que tendia a se ampliar. Dessa forma, podemos perceber que apesar de uma política que visa assegurar a qualidade do ensino nas escolas públicas, o PNLD acabou por contribuir para um processo de acomodação no qual o livro deixou de ser apenas um recurso didático, para se tornar o recurso didático, ou seja, excetuando o Ensino de Jovens e Adultos, em praticamente todos os níveis de ensino não se cogita mais a menor possibilidade da exclusão do livro didático das salas de aula.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação (2023). Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação: PNLD. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20do%20Pa%C3%ADs>.
- LUCA, T. R. de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: Rocha, H. A. B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.151-172.
- MATOS, Júlia Silveira. **Ensino de história, diversidade e educação à distância**. Laisa dos Santo Nogueira ... [et al.]; Júlia Silveira Matos, Gianne Zanella Atallah (organizadoras) - Rio Grande: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande, 2013. Disponível em: https://sead.furg.br/images/cadernos/PMDD_PDF/volume04.pdf
- MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh, v.24, n.48, p.123-144, 2004. Disponível em: www.scielo.com.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf.
- SILVA. V. R. e. Para onde vamos? O ensino de História segundo os critérios dos Editais do PNLD (2000 a 2013). In: **encontro nacional dos pesquisadores do ensino de história**, 9. Florianópolis (SC), 18-20 abr. 2011. Anais Eletrônicos... Disponível em: <http://abeh.org/trabalhos/GT10/tcompletovitoria>.